

## A REPÚBLICA EM FOLHETIM: A PÁTRIA MINEIRA FORMANDO ALMAS

Prof<sup>a</sup>. Maria Ângela de Araújo Resende  
Universidade Federal de São João del-Rei

A edição do Jornal HOJE, de 13/08/2001, transmitida pela Rede Globo, noticiou um fato que me chamou a atenção: os habitantes de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul presenciavam a abertura de um monumento, aparentemente sem importância, construído há 100 anos. Dentro dele foram guardados alguns objetos que testemunharam a época, como cartas, bilhetes de passagem de trem, entre outros, que, sob o olhar curioso e emocionado da população e a força da picareta, iam, aos poucos, aparecendo entre os tijolos e o cimento que os ocultaram por um século. Seguindo o exemplo de seus antepassados, os habitantes construíram, no mesmo lugar, um novo monumento - para ser aberto no ano de 2101 - e dentro dele foram depositados objetos-lembranças, fotos e cartas destinadas à geração futura, que irão mostrar, possivelmente, os vestígios e os restos daquela comunidade. Ressaltando a afetividade e a simplicidade do ato, que, *a priori*, não revela finalidade institucional ou histórica, fica claro o desejo de ter o que dizer sobre um espaço e um tempo vividos, o desejo de se fazer permanecer, através de um arquivo de referências locais e afetivas.

Tal fato propõe algumas indagações: que importância histórica e cultural podem revelar documentos de natureza tão diversa, "arquivados" há 100 anos, à espera de um futuro que os desvele? Como os diversos campos de saberes podem pensar a memória coletiva e as identidades por esse viés? O que significa a tentativa de reconstruir a história, a partir de fragmentos e pequenos rastros – os *restos perdidos que reaparecen, máscaras inciertas que encierran rostos queridos*<sup>1</sup> no dizer de Ricardo Piglia, ao se referir à memória e à tradição? É possível ler a tradição a partir desses rastros, conjugando-se passado, presente e futuro? Como construir esse

---

<sup>1</sup> Refiro-me ao artigo *Memoria y Tradición*. In: *Literatura e memória cultural*. Anais da ABRALIC. Vol. I – Belo Horizonte, 1991, p. 60-66.

tipo de leitura, num momento em que se verifica a rapidez na transmissão e na recepção de informações, dominado pelo imediatismo e pelas contradições de uma época denominada pós-moderna? Afinal, qual o lugar do arquivo?

Um ponto de partida seria lembrar Derrida (2001)<sup>2</sup> que vai interrogar sobre a necessidade de reelaboração do conceito de arquivo, numa única e mesma configuração técnica e política, ética e jurídica. Para ele, primeiramente se faz necessário conjugar a experiência da memória e o retorno à origem ao arcaico e arqueológico, à escavação. Buscando a etimologia da palavra que, também, não deixa de ser o seu arquivo, a sua memória "primeira", toma a palavra *Arkhe*, que designa, ao mesmo tempo, o *começo* e o *comando*:

Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* - princípio físico, histórico ou ontológico -, mas também o princípio da lei, *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social, *nesse lugar* a partir do qual a *ordem* é dada - princípio nomológico.

(DERRIDA, 2001, p.11)

A intenção do autor, na grafia em itálico, de palavras e expressões que indicam lugar, ação e lei - *ali onde/começam/comandam/nesse lugar/ordem* não é gratuita. Poder-se-ia pensar, a princípio, que o pensador, ao se valer da explicitação etimológica, estaria na contramão do seu projeto desconstrucionista, no que se refere à busca da origem. Estaria ele ratificando-a em seu começo e autoridade? Entretanto, no desenvolvimento de suas reflexões, verifica-se o deslocamento/deslizamento do significado da palavra *arquivo*, distanciando-se do caráter absoluto de uma única origem para rediscuti-la. Derrida parte do princípio de que não podemos nos fixar no conceito nem na história do conceito de arquivo, assegurando-lhe garantias temporais e históricas. Assim, ele abre caminhos para contestarmos a "herança fechada" para a

---

<sup>2</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

qual o arquivo aponta - a fidelidade da tradição - e propõe pensarmos o arquivo como algo que, além de sublinhar o passado, põe em questão a chegada do futuro. Referindo-se à história dos judeus, postula que os corpos que guardam inscrições, são também arquivos. Perguntaríamos, então, se um arquivo de memórias, restos e pedaços de um corpo social, podem evocar a significação de arquivo que lhe confere o pensador francês. De que maneira coisas e objetos de natureza diversa, guardados dentro de um monumento, sem qualquer ordenação ou catalogação prévia, marcas do mundo afetivo no corpo da experiência individual e coletiva - tesouros pessoais e culturais - podem servir à experiência da memória, se inscrevendo no *ali onde* mencionado por Derrida e se projetando para o desejo de um futuro?

Tais indagações constituem um ponto de partida para o que pretendo desenvolver: buscar no arquivo de fontes as marcas de uma época - seus traços sociais e culturais - que nos permitam pensar o imaginário de uma nação em construção, através da propaganda e da ficcionalização da República no Brasil. Para isto, utilizarei alguns textos e fragmentos escolhidos do periódico semanal *A Patria Mineira*, que circulou em São João del-Rei, no período de abril de 1889 a fevereiro de 1894. Ser possuída pelo *mal de arquivo*, ir em busca do *ali onde*, numa biblioteca, lugar de registros, histórias, cartografias e inscrições de uma dada época, na tentativa de interpretá-la, à luz do presente.

A perspectiva de uma prática interdisciplinar para o estudo proposto se faz necessária, considerando-se o caráter plural do discurso em questão: estamos diante de um periódico contendo várias sessões, editoriais, artigos de opinião, cartas de leitores, traduções de poesia (francesas, em sua maioria) *charges* e propagandas que dialogam com os acontecimentos de uma época e com a imprensa das outras províncias, sem perder de vista a distância geográfica entre elas e as diferentes posturas frente aos acontecimentos na segunda metade do século XIX.

Uma leitura alternativa do passado torna-se importante na medida em que se pretende discutir a imprensa como um instrumento que viabilizou um certo tipo de leitor e a construção do imaginário de uma nação. Essa nação em construção, presente nas representações discursivas do referido jornal, reflete a busca de uma identidade que se apresenta multifacetada e sem contornos, que ora pretende disseminar a idéia republicana a uma classe “cult”, ora pretende atingir uma classe semi-letrada num mesmo veículo de comunicação. Um outro aspecto a se considerar é o fato de que o objeto de estudo proposto tem como título *A Pátria Mineira*, conjugando a campanha republicana ao projeto de identidade e construção nacional.

Nesse sentido, de que modo esta pretensa leitura do passado – em suas diversas formas de ação – se processa? Roger Chartier<sup>3</sup> esclarece que a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência. Ela põe em jogo o corpo, a inscrição em um espaço, relação consigo ou com o outro. Por isso, devem ser reconstruídas as maneiras de ler a cada comunidade de leitores. Uma história é mais que uma simples história social da leitura, centrada na genealogia dos modos de ler. Antes, porém, ela é uma história cultural da sociedade, voltada à descoberta de hábitos esquecidos e gestos imperceptíveis. Infere-se, então, que a escrita do editor e colaboradores de um jornal, neste caso específico, advém de uma certa leitura e percepção da sociedade e de um lugar de enunciação – diga-se crenças, costumes, idéias - destinada a vários tipos de leitores. Por outro lado, o afastamento espaço-temporal do material em estudo, produz, também, um novo modo de leitura, a partir do lugar de onde fala o crítico.

### **A Pátria Mineira**

---

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: *A história cultural - entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

Em levantamento efetuado na Biblioteca *Baptista Caetano de Almeida*, de São João del-Rei, registra-se um número expressivo de 48 jornais que circularam na cidade com periodicidades alternadas e/ou simultâneas, construindo, assim, ao longo do século XIX, uma sólida tradição jornalística. Em 1827 foi publicado o primeiro jornal, *O Astro de Minas*, que circulou até meados de 1839. Foi a segunda "localidade mineira que teve imprensa periódica" <sup>4</sup>, contando com 48 periódicos em apenas setenta e três anos, de 1827 a 1900. Esses jornais traçaram uma linha editorial voltada, principalmente, para os aspectos políticos: constata-se um grande número de impressos da segunda metade do século dedicados à causa monarquista e do jornal *A Patria Mineira*, que defendeu, apaixonadamente, a idéia republicana.

*A Patria Mineira* foi fundado em 14 abril de 1889, pelo jornalista e professor Sebastião Rodrigues Sette Câmara que, além de redator, lançou mão dos próprios recursos financeiros para a execução do projeto. Naquela data, foi publicado o seu exemplar de estréia, mas foi somente a partir de 16 de maio de 1889, com tipografia própria, que se tornou semanal, mantendo esse caráter, ininterruptamente, durante os 5 anos de existência.

Na extensa obra *História da imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré<sup>5</sup> faz uma descrição das atividades jornalísticas e culturais na segunda metade do século XIX e chama a atenção para a importância dos jornais como fontes de expressão das contradições políticas e sociais e o desejo de uma nova ordem política. O influxo dos acontecimentos, como os movimentos abolicionistas, as questões religiosas, federativa e militar tiveram na imprensa uma forte aliada, fazendo com que os jornais se multiplicassem, espalhados por todo o país. No caso

---

<sup>4</sup> VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, MCMLXIX, p.60.

<sup>5</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

da Província de Minas Gerais, cita o periódico em questão, tendo em vista a sua importância entre os inúmeros jornais existentes.

(...) em S. João d'El Rei, em abril de 1889, aparecia *A Patria Mineira*, que durou até 1894, sob a direção de Sebastião Sette e em que trabalhou Basílio de Magalhães; nesse órgão republicano, também colaboravam Paulo Teixeira e João Martins de Carvalho Mourão. (Sodré, p. 229)

A formulação do desejo da “nacionalidade” se expressa já no título do jornal, caracterizando a necessidade de dar continuidade aos ideais libertários dos inconfidentes, pois o nome “Patria Mineira” era o modo como os inconfidentes chamavam Minas Gerais, ao sonharem com sua independência. José Murilo de Carvalho<sup>6</sup> esclarece as variações das imagens da nação brasileira ao longo do tempo - de 1822 a 1945, passando pela transformação iniciada em 1930, de acordo com as visões da elite ou de seus setores dominantes: “a primeira poderia ser caracterizada pela ausência do povo, a segunda pela visão negativa do povo, a terceira pela visão paternalista do povo” (p. 234). O imaginário da república foi sendo construído, lentamente, desde a independência, por alguns setores da sociedade brasileira, sem a participação popular:

Leitores de livros estrangeiros eram, por exemplo, os participantes da conspiração mineira de 1789. Especificamente de livros que falavam da independência da América do Norte. Esses juristas e poetas que sonharam com a independência de Minas Gerais, com uma república segundo o modelo dos Estados Unidos da América do Norte, não falavam em Brasil. Falavam em América (“nós americanos”) ou falavam na “pátria mineira” (...) Os argumentos dos conspiradores em defesa da independência referiam-se sempre ao território de Minas Gerais e a seus recursos econômicos.

(Carvalho, 1998, p. 234)

Levando-se em conta as discussões empreendidas sobre os conceitos de nacionalidade e de nação, pode-se pensar, a princípio, na força centralizadora e contraditória do desejo de “identidade nacional”, que decisivamente, marcou o século XIX. Contraditória e centralizadora, porque distante do desejo e da participação popular, no nível do discurso e da *práxis*. No caso da

---

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In: Pontos e bordados. Escritos de história e de política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999, p. 233-268.

propaganda republicana, sabe-se que o povo esteve ausente desse processo, como esclarece José Murilo de Carvalho.

Desta forma, verificam-se no jornal *A Patria Mineira*, tentativas de se traçar uma linha editorial voltada para a doutrinação do leitor, na qual a perspectiva do desejo do Estado-nação se configura, o que pode ser observado num dos editoriais datado de 15 de agosto de 1889, portanto, três meses antes da proclamação da República. Intitulado "Como quem se despede", revela o desejo de aniquilamento da Monarquia e o advento da República, conjugando-se a esta as noções de pátria e evolução. O texto revela, explícita e, por vezes de maneira alegórica, a aversão ao estado monárquico, ao mesmo tempo que a necessidade de construção da nação se vê diluída na imagem romântica do “espírito prático dos filhos do Novo Mundo”. O jornal *A Patria Mineira* tenta se manter fiel ao ideal libertário dos inconfidentes, cujo ideário se reporta à Revolução Francesa e à sua relação com a Independência da América do Norte. O espírito americano é tomado em nível do discurso textual presente no editorial: “*A evolução, entretanto, está demonstrando inconvenientes que exigem do brasileiro – **que é também americano** – uma solução pronta*”. E ainda: “*... tendente a constituí-lo em **pátria verdadeiramente americana***”. “*Eis em suma os meios que a condemnada instituição emprega para assegurar a mais bella região da **América***”. (grifos meus).

A propaganda republicana se calcou no argumento de que a República fazia parte da identidade americana, portanto, a Monarquia, “*amnosa megera do **mundo antigo***”, era resquício do Velho Mundo, da Velha Europa. República e América eram o novo, o progresso, a evolução, o futuro. Quando os republicanos falavam de América, era dos Estados Unidos que se referiam, espelhando-se na imagem de nação liberal. O texto revela marcas visíveis da intenção de adaptar a nação que se imaginava ao modelo liberal americano, sem perder de vista o espírito do jacobinismo francês. Essa idéia da nação como “progresso”- a nação viável - faz parte da

ideologia liberal e representava o estágio de evolução alcançada na metade do século XIX (Hobsbawn, p. 51). Verifica-se que a orientação intelectual de *A Patria Mineira* se filia a tais pressupostos.

Em *A Patria Mineira*, além da definição de uma linha editorial voltada para a campanha republicana, registra-se a presença de assuntos de ordem diversa, como literatura, propaganda, piadas, *charges*, noticiários, variedades e artigos de opinião, construindo um texto que se faz pela confluência e diversidade de vozes e de gêneros. Tal confluência se organiza, de forma assistemática, na seção denominada *Folhetim*. Nesta seção, também podem ser notados “chamamentos” à uma classe de leitores não intelectualizada, cujos pronunciamentos republicanos e outros de natureza diversa vão se dar de uma forma notadamente ficcionalizada e popular, com base na oralidade. Ficcionalizada porque calcada no modo de contar e construir, junto a esses leitores, o desejo republicano. A República e a Monarquia passam a funcionar como duas personagens antagônicas, constituídas de corpo e voz. A interlocução dos republicanos com uma grande maioria de pessoas destituídas de cidadania, pelo processo vigente no Império, foi uma preocupação na propaganda sãojoanense. *A Patria Mineira* desenvolveu formas de estratégias de diálogo, com a finalidade de seduzir esse segmento de leitores, por meio de “artigos doutrinários e noticiosos sobre a idéia republicana”. Essas estratégias textuais possuíam propostas e linguagens diferenciadas para cada público que visava atingir. As mulheres, os trabalhadores e os desprovidos de educação escolar são três dos principais grupos para os quais converge a propaganda republicana em São João del-Rei, pois representavam a maioria dos grupos marginalizados politicamente. Na seção *Folhetim/Literatura*, o tom intimista e a linguagem coloquial fizeram desse espaço d'*A Patria Mineira* exclusivo para doutrinação, sedução e apurado controle moral dos leitores republicanos. Para uma maior identificação dos leitores com os republicanos, foram criados dois “compadres” – o *compadre Felipe* e o



*compadre Silvestre* – que constantemente se correspondem para discutirem a República de forma pretensamente didática e coloquial, com o objetivo de doutrinar o leitor não intelectualizado.

**“Literatura”**

**“A Pátria Mineira, 16 de maio de 1889”**

“Nas Repúblicas, compadre, o poder soberano pertence inteiramente ao povo e elle, como é de razão natural, escolhe livremente de entre os seus concidadãos o representante do poder supremo e confia-lhe a direcção dos negócios públicos por espaço de tempo limitado.

O indivíduo que é assim eleito cresceu e foi educado no meio de seus eguaes, pagou impostos como os outros cidadãos, sofreu as consequências dos abusos das autoridades, sentiu, enfim, todas as dores e alegrias do povo: pode, por conseguinte, reger melhor a nação, do que um príncipe nascido no meio das riquezas, educado por aduladores, provido de dinheiro em abundancia sem nunca ter aprendido a ganhar por seu trabalho um único real. (...) ”

**“A Pátria Mineira, 11 de junho de 1889”**

“Carta ao Compadre Silvestre”

Compadre,

Por terem as ideas confusas ou então, o caracter muito estragado, consideram como liberdade politica a licença que a Monarchia concede aos subditos de escreverem e fallarem o que quizerem, de viajarem de uma parte para outra, de fazerem festas nas egrejas.

Isso tudo, compadre, é muita cousa, ainda se chama Liberdade NATURAL e não tem nada de commum com o que os republicanos querem que é a liberdade política.

Felippe.

Observam-se ainda, cartas, casos, poemas para fins doutrinários e capítulos numerados de romances brasileiros, publicados semanalmente. Além disso, apresenta referências à literatura canônica, representada por traduções de poemas dos clássicos franceses, destinados ao leitor erudito. Considerando-se o universo diversificado presente no referido periódico e diante da ausência de estudos e investigação nesses acervos que visem a uma interpretação da época e do seu imaginário social, faz-se necessário um estudo interpretativo destes espaços de escrita, nos quais contrapõe-se o leitor possivelmente “simplório”, destinatário, também, da mensagem republicana e os chamados “intelectuais” da época que circulavam na cidade e que eram responsáveis por seus destinos políticos.

Ao tentar responder a questão de como se constitui e se apresenta uma dada sociedade em um determinado período de tempo, ou mesmo uma qualquer instituição, acredito que possamos

nos ater ao que Le Goff (1994) nos diz a respeito do funcionamento e transformação das sociedades. Para ele, a compreensão da história de uma sociedade, de suas mudanças e transformações e a forma como funciona, exigem encarar o imaginário desta mesma sociedade, isto é, seus hábitos cotidianos, suas crenças, comportamentos e suas mentalidades, expressos em suas formas de representação. Através desse imaginário social, a sociedade tenta definir a sua identidade e alteridade e elabora uma certa representação de si. O Jornal *A Pátria Mineira*, entre tantos outros que viabilizaram a idéia da República no Brasil, cumpriu esse papel: o de formar almas, tomando por empréstimo a expressão de José Murilo de Carvalho.